

Notas sobre a saúde e a doença em processos trabalhistas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Avance de investigación en curso

Grupo de trabalho 19 Saúde e segurança social: transformações sociais e impactos na população

Lorena Almeida Gill
Professora Associada da UFPel

Resumo:

Desde o ano de 2009, o Núcleo de Documentação Histórica da UFPel desenvolve projeto de pesquisa intitulado “À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer”. Este estudo tem como foco duas metodologias principais: a história oral temática e a pesquisa documental no acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas. Até o momento foi possível observar a década de 1940, embora os processos do acervo finalizem no ano de 2000. Esta comunicação pretende focar processos trabalhistas, cuja demanda se relacione à saúde e à doença, especialmente vinculados a casos de tuberculose pulmonar, uma enfermidade causadora de milhares de mortes não só no Brasil, como em todo o mundo.

Palavras-chave: Saúde. Doença. Processos trabalhistas.

No ano de 1945 teve início, na cidade de Pelotas, um processo junto à Justiça do Trabalho. Olga Tochtenhagen, brasileira, solteira, 19 anos, residente à rua Álvaro Chaves, 297, reclamava de Miguel Rothbaum, 72 anos, proprietário de uma alfaiataria situada à rua General Osório, 710, no centro da cidade.

Declarava a querelante que no dia 16 de março de 1944 havia sido contratada por Miguel e que passado pouco mais de um ano, no dia 2 de maio de 1945, fora demitida sem justa causa e sem aviso prévio, em virtude de ter faltado ao trabalho, por motivo de doença, para a qual tinha apresentado um atestado médico, assinado pelo Dr. Kramer Amaral.

Afirmava, também, Olga, que não tinha recebido o salário que lhe era devido, pois era maior à época da contratação, a ela cabendo, portanto, o salário mínimo em vigor na região.

Olga requeria a indenização por despedida injusta, o pagamento do aviso prévio, mais um período de férias que não tinha gozado e as diferenças entre o salário que realmente percebia e aquele que lhe era devido.

A primeira audiência só foi realizada no ano seguinte, no dia sete de junho, na sede da Junta de Conciliação e Julgamento, situada à rua XV de Novembro, 663, sendo presidida por Mozart Victor Russomano e tendo a participação de Antônio Ferreira Martins, advogado que costumava defender os trabalhadores mais humildes e que representava Olga; e Ildefonso Alves de Carvalho, que defendia o proprietário da alfaiataria Miguel Rothbaum.

Para a sua defesa, Miguel buscou desqualificar o fato de que Olga era sua funcionária, pois, segundo ele, o que fazia era repassar lições de costura para a moça, sem ter uma relação empregatícia com a mesma. Miguel refere-se aqui ao estatuto de aprendiz, ou seja, se qualifica como um mestre e a Olga como uma aluna que necessitava aprender, através da prática cotidiana (SENNETT, 2009). Afirmava, também, desconhecer que ela era maior, situação comprovada no processo com a anexação de um documento, o qual indicava a sua data de nascimento.

Durante a audiência, as testemunhas arroladas por Miguel não compareceram, enquanto que as listadas por Olga se fizeram presentes, afirmando conhecer a relação de patrão-empregada existente entre Miguel e Olga.

No dia 13 de setembro de 1946 aconteceu uma segunda audiência, na qual participaram Olga, seu advogado Antônio Martins e o representante de Miguel, o advogado Ildfonso Carvalho. Nesse momento, foi juntado ao processo o atestado médico de Olga, datado de 6 de junho de 1946 e assinado por Carlos Kramer Amaral, no qual aparece o seguinte texto: “A senhorita Olga Tochtenhaggen esteve doente, pré-tuberculosa, em abril de 1945, tendo eu, nesta época, aconselhado que a mesma parasse de trabalhar e fosse para a campanha”.

Nas razões finais do processo foi declarado que não havia dúvidas de que Olga era empregada de Miguel e que não percebia sequer o salário exigido por lei. O presidente da Junta chegou a declarar que conhecia o estabelecimento comercial de Miguel e que: “Apesar de cobrar muito bem os seus serviços o reclamado não acreditava na existência da lei que fixou o salário-mínimo”. A sentença foi relatada apenas no dia quatorze de setembro de 1946, dando ganho de causa à reclamante.

Miguel não foi encontrado para que houvesse a execução da sentença e, segundo declaração assinada pelo Oficial de Diligência, Joaquim Pereira da Silva, datada de 22 de outubro de 1946, o seu filho, Eugênio Rothbaum, havia declarado que ele partira para a Hungria e que não deixara bens de espécie alguma.

Finalmente, em 1947, Olga localizou Miguel, hospedado em um quarto do Grande Hotel, pois havia retornado ao país, tendo em vista a morte de seu filho, Eugênio. Olga informou à Justiça seu paradeiro e apesar de ele declarar não possuir recursos para o pagamento, como passou a ser herdeiro do filho, teve que concretizar um acordo com Olga, através do qual ela recebeu boa parte de seu pleito.

A história do processo remete à importância do acervo existente junto ao Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel. Desde o ano de 2005, o NDH guarda os autos findos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o qual reúne cerca de 100 mil processos, entre os anos de 1939 e 2000. Pelotas possui a coleção mais completa para o Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista que na cidade não foi utilizada a Lei n. 7.627 de 10 de novembro de 1987¹, a qual determinou a eliminação dos chamados autos findos.

Os documentos possuem valor científico, ao possibilitarem pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, como História, Direito, Sociologia, Economia e também se constituem como prova jurídica, ao propiciarem, por exemplo, a comprovação de tempo de serviço para fins de aposentadoria.

Atualmente é realizada pesquisa a partir dos processos, para o projeto intitulado “À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer”, através do qual se realiza uma análise qualitativa dos documentos, que conta com a leitura atenta dos autos findos e da elaboração de um resumo que contém: número do processo, ano da reclamação, requerente, endereço do requerente, remuneração declarada, motivo da ação, empresa reclamada, período de duração, anexos relevantes no processo e observações pertinentes.

Nas observações constam os documentos anexos aos autos, como telegramas, atestados médicos, notícias de jornais do período que, muitas vezes, eram utilizados como provas nas audiências e para os pesquisadores, grande serventia por se constituírem em fontes complementares.

A segunda etapa é quantitativa. Com a intenção de sintetizar os dados, são anotados o número do processo, ano da demanda, estado civil do requerente, advogados de ambas as partes, sexo do requerente, nacionalidade, conclusão (improcedente, procedente, procedente em parte, arquivado ou acordo), período de duração, se a ação era plúrima ou individual, se o requerente recebeu ou não o

¹ Segundo o texto da lei, em seu artigo 1º: “Fica facilitado aos Tribunais do Trabalho determinar a eliminação, por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, de autos findos há mais de 5 (cinco) anos, contado o prazo da data do arquivamento do processo”. <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=131519> Acesso em 23 de julho de 2007.

benefício da justiça gratuita, a qual sindicato pertencia. Após o término da pesquisa e com a criação de uma espécie de banco de dados sobre a Justiça do Trabalho (JT), o objetivo é disponibilizar as informações no *site* do NDH, visando facilitar o trabalho de pesquisadores da área.

Uma outra metodologia vinculada ao projeto citado anteriormente se relaciona à história oral temática, através da qual são entrevistados trabalhadores de diferentes ocupações, especialmente aqueles que se encontram excluídos do mercado de trabalho, tendo em vista a aceleração do processo de industrialização ou, ainda, aqueles em que há um estreitamento de suas possibilidades de atuação, por transformações no mundo laboral.

De todo o modo, o fato interessante que se quer tratar nessa comunicação diz respeito à doença de Olga, a tuberculose. Até o momento foram lidos cerca de 1500 processos e destes, cerca de 10% remetem a demandas vinculadas a doenças muito diversas, as quais causavam uma incapacitação permanente ou temporária para o trabalho. Não são muitos os processos, todavia, que abordam explicitamente a tuberculose. Para a enfermidade, às vezes eram usados outros termos como doença insidiosa, filha da casa, mal incurável, enfermidade cruel, ficando difícil qualificar a qual moléstia o processo se refere.

Era comum que trabalhadores fossem afastados definitivamente das suas atividades, quando tivessem alguma doença que os impedisse de comparecer ao trabalho, mesmo que por poucos dias. Essa situação se agravava levando-se em conta uma enfermidade tão estigmatizante quando a tuberculose. Note-se que Olga possuía o diagnóstico de pré-tuberculosa, ou seja, segundo o médico, tinha todas as condições para adquirir a doença, talvez por se apresentar debilitada, magra, cansada pela rotina estressante com a qual convivia na alfaiataria. O médico, além disso, indica que ela se retire da cidade e permaneça na campanha, lugar calmo, que propicia o convívio com a natureza e com bons alimentos, o que, na maior parte das vezes, não era possível para uma população humilde, que necessitava de um salário, mesmo que baixo, para sobreviver.

Na virada dos séculos XIX para o XX, a tuberculose era a doença que mais mortes provocava no mundo todo e também no Brasil. Como não havia medicamento específico para seu tratamento, eram utilizadas soluções muitas vezes paliativas, com o objetivo de prolongar a vida do enfermo e dentre estas constava a transferência do paciente para locais mais salubres, nos quais ele pudesse descansar e se sentir revigorado.

O exemplo ideal desse espaço eram os chamados sanatórios, os quais se baseavam em um tratamento que incluía boa alimentação, higiene adequada, repouso e isolamento. É claro que uma estrutura dessas, muitas vezes, pressupunha um preço inacessível à grande parte da população, vitimada pela moléstia.

Segundo BERTOLLI FILHO (2001, p.54):

A era sanatorial de atendimento aos fimatosos abriu-se no ano de 1854, quando o médico tuberculoso Hermann Brehmer inaugurou a primeira instituição especializada no tratamento de pectários, localizada nas montanhas da Silésia. Alguns anos depois, o clínico Peter Dettweiler instalou outra casa de saúde em Falkstein, nas montanhas Taurus, para tratar de si próprio e de outros infectados. A premissa que orientou Brehmer e Dettweiler para a retomada da antiga propositade 'cura nas alturas' residia na suposição segundo a qual inexistia casos de tísica entre os habitantes das montanhas.

Ainda que no Brasil vários sanatórios tenham sido construídos, tendo existido, inclusive, uma Associação Paulista de Sanatórios Populares Paulista, no Estado que mais unidades de saúde desse tipo aglutinava (Bertolli Filho, 2001), em Pelotas havia apenas um Dispensário, que seguia moldes ambulatoriais e vagas em hospitais que tratavam moléstias diversas.

Outras medidas paliativas se vinculavam a usos de fortificantes, xaropes, frutas, vegetais, banhos de mar, de luz. Havia também procedimentos cirúrgicos, como a retirada de costelas.

A tuberculose, no período, era uma doença endêmica, que atacava um grande número de pessoas, especialmente as mais pobres, conforme já dito. Com relação à doença, havia duas alternativas que, se não solucionavam o problema, poderiam amenizar em muito a situação vivenciada pelos adoentados.

De um lado, para evitar o contágio, tornava-se importante que houvesse investimentos em moradias populares, que tivessem o que se convencionou chamar de saneamento básico. Não se está falando aqui de iniciativas particulares como as que existiram em vários lugares, servindo muito mais para auferir lucros aos loteadores, mas da construção de vilas operárias, que pudessem abrigar, com dignidade, um enorme contingente de trabalhadores que viviam aglomerados em cortiços, cujos aluguéis eram escorchantes. Por outro lado, após a infecção, era fundamental que os enfermos encontrassem um local para se abrigarem, especialmente nos momentos mais crônicos de evolução da doença.

O hospital proporcionava uma alimentação adequada, a realização de exames, um período de descanso, mas também a publicização de uma moléstia altamente excludente para o período. Talvez fosse por isso e pela praticamente inexistência de leitos destinados a pacientes portadores de doenças contagiosas, que a maior parte dos vitimados morresse em casa. A Santa Casa de Pelotas construiu um pavilhão específico em 1925, após discussões efetivadas durante décadas. Este prédio era insuficiente para atender a demanda sempre crescente, uma vez que a cidade, já naquela época, era considerada um polo regional para o tratamento de determinadas moléstias. A implementação, portanto, de espaços hospitalares e ambulatoriais, através de dispensários, foi pequena e insatisfatória em relação ao contingente exposto à doença.

Três outros processos podem ser ilustrativos das demandas dos adoentados por tuberculose pulmonar. No ano de 1937, Rosalino Jorge, que trabalhava na firma Lourival Mascarenhas Souza Ltda, estabelecida com engenho de arroz, foi demitido sem justa causa, embora estivesse na empresa (através de suas várias denominações) durante 17 anos. Devido ao afastamento do emprego, ficou em uma situação muito difícil, pois a primeira audiência ocorreu três anos depois de ter protocolado o pedido de reincorporação junto à Junta de Conciliação e Julgamento. Rosalino foi representado no processo pelo Sindicato dos Trabalhadores de Carga e Descarga Terrestre, do qual era sócio. O engenho mudou a classificação do empregado, dizendo que não era mensalista, mas trabalhava “a jornal”. No processo consta um exame de escarro, com resultado negativo, embora sejam agregadas várias receitas, com produtos medicamentosos usados para a tuberculose pulmonar.

Em um primeiro momento, o processo foi julgado improcedente, pelo tempo que havia ficado parado, mas houve recurso e Rosalino acabou tendo o seu pedido avaliado como procedente. O desfecho se deu com um acordo pelo qual recebeu cerca de 50% do que havia solicitado. O advogado de Rosalino, Antônio Martins, o mesmo de Olga, declarou que “a presente desistência tinha apoio no próprio espírito da legislação trabalhista, que é, como se sabe, a conciliação [...]”.

Gomes (2006, p. 62) ratifica a ideia da conciliação ao assim se referir à Justiça do Trabalho:

[...] tratava-se de uma justiça que deveria ser de fácil acesso, donde as orientações de gratuidade dos custos, de dispensa de advogados, de oralidade e de maior informalidade no julgamento dos processos. Além disso, e diferentemente de outras justiças, orientava-se pelo princípio da conciliação entre as partes, o que a levou a incorporar os chamados juízes classistas ou vogais, representantes de empregados e empregadores, vistos como facilitadores nos processos de conciliação.

O segundo processo abordou o caso de Américo Vaz Rodrigues, o qual faleceu por tuberculose pulmonar, em 1937, conforme atestado assinado pelo médico Corrêa Azevedo, da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e que consta na petição. Seu pai entrou na justiça alguns anos depois, solicitando uma indenização, já que o filho havia adquirido a doença insidiosa no Entrepasto de Leite, no qual trabalhava fazia mais de oito anos. Como se tratava de uma doença profissional achava que “a família do morto deverá ter direito a alguma coisa em face da lei”. A última movimentação foi no ano de 1941, mas não consta o seu desfecho.

O terceiro processo foi plúrimo, envolvendo Pedro Fernandes Talavites, Antonio Fernandes, Olor de Castro Vieira e Fermino Orestes da Silva, trabalhadores do Frigorífico Anglo, a empresa mais demandada da cidade de Pelotas. Cada um deles tinha uma doença diferente e Pedro, o primeiro proponente da ação, possuía tuberculose pulmonar. No processo aparecem como documentos, em anexo, atestados médicos. Os funcionários exigiam o auxílio doença de um mês e o frigorífico alegava que este deveria ser pago pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI).

A empresa declarou que era o IAPI que deveria pagar todo o auxílio, já os empregados afirmavam que somente após o 30º dia de enfermidade receberam auxílio doença e que antes pretendiam também receber. O advogado da empresa rebateu o argumento dizendo que esse tipo de pagamento era um direito especial dos comerciários e não dos industriários, como eles podiam ser qualificados. Para estes últimos nada constava na legislação, no entanto, o processo foi julgado procedente. A empresa recorreu e novamente os empregados ganharam a ação.

Embora a maioria dos processos tenha sido julgada procedente (com exceção daquele que não se sabe como foi o término e cujo enfermo faleceu), possibilitando aos trabalhadores receber totalmente ou em partes auxílios e indenizações vinculados à demissão injusta, esses não recuperaram seus postos de trabalho, fazendo com que suas vidas de adoentados fosse ainda mais difícil.

Apesar de que o discurso do poder público, evidenciado em diferentes jornais pesquisados², anunciasse várias medidas tomadas com o objetivo de atenuar os efeitos da endemia, o que se percebeu foi que os governos, em suas diferentes esferas, não observaram, de fato, pelo menos dois aspectos que seriam fundamentais, a fim de diminuir as possibilidades de contágio: melhorar as condições de saneamento para a habitação dos cidadãos e construir espaços isolados para o cuidado dos enfermos.

A cidade de Pelotas sofria com uma infraestrutura precária, a qual ficava bastante demonstrada na questão dos esgotos. Embora a primeira iniciativa para a implantação dos esgotos na cidade date de 1887, quando a Câmara Municipal lançou edital de concorrência para o serviço, somente em junho de 1913 foi iniciada a construção da rede. Ao mesmo tempo, através do Ato n.718, foi aprovado o Regulamento Sanitário, que normatizou, sobretudo, a instalação dos serviços de esgotos destinados aos domicílios.

Para que se perceba o quão diminuta foi essa primeira tentativa, o jornal *Diário Popular* de 30 de agosto de 1914, p. 2, comunicou que seria inaugurado um trecho da rede de esgotos no perímetro compreendido entre as ruas Barroso, Tiradentes, Paysandu, 3 de Maio, General Osório e Conde de Porto Alegre, compreendendo um total de 62 casas.

A comissão de saneamento deu por encerrada a sua tarefa, no dia 9 de abril de 1915, afirmando ter sido construída em um curto período de 21 meses e 11 dias, uma rede pela qual lutaram durante muitos anos e atingia 519 prédios. Note-se que, pelo movimento predial, ainda do ano de 1913 já havia 6.648 construções na cidade³, números estes que desconsideram as edificações da zona suburbana⁴.

² Para a realização da tese defendida em 2004 e publicada em 2007, foram pesquisados, principalmente, os jornais *Diário Popular* e *A Opinião Pública*, entre os anos de 1890 e 1930, os quais podem ser encontrados no acervo da Biblioteca Pública Pelotense. Para maiores informações ver GILL, Lorena Almeida. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT, 2007.

³ Alberto Coelho da Cunha, “Cidade em Crescimento”, Pasta 618, Museu, BPP.

⁴ A Estatística Predial suburbana do Município de Pelotas, correspondente ao período de 1908, por exemplo, cita 716 prédios no 1º Distrito e 449 no 2º Distrito, totalizando 1165 prédios. CUNHA, Alberto Coelho da. Pasta 659, Museu, BPP.

Mesmo depois da instalação da pequena rede de esgotos, os materiais fecais e águas servidas, continuaram sendo retirados, por um longo tempo, através da utilização de cubos. Os cubos eram de madeira, dotados de tampa fechada e deveriam ser removidos, em tese, o mais cedo possível das casas, “[...] não podendo exceder no verão, das 11 horas e, no inverno, do meio dia”⁵.

Geralmente possuíam duas cores: preto e azul. Os azuis destinavam-se aos hospitais e a vítimas de moléstias contagiosas. A distinção das cores dos cubos foi solicitada pelo Delegado de Higiene José Calero⁶ ao Intendente Municipal, Dr. Cypriano Barcellos, no início do século XX, com o fim de evitar que os cubos que transportassem dejetos de portadores de moléstias contagiosas pudessem retornar a habitações de pessoas sãs, ao mesmo tempo em que a identificação permitiria uma desinfecção especial.

Por outro lado a questão da hospitalização dos tuberculosos continuou durante longos anos sem solução. Apenas em 1925 a direção do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Pelotas inaugurou um novo pavilhão, o “Baronesa de Arroio Grande”, o qual tinha a capacidade de abrigar cerca de 60 adoentados, número muito menor do que as necessidades que se tinham para aquele ano e que só vinham a aumentar. Nesse mesmo ano ocorreu um total de 3.263 internações gerais, destas, 158 foram por tuberculose, em suas mais diferentes formas, mas, especialmente, a pulmonar. Durante longo tempo, portanto, pouco havia a ser feito com relação a um enfermo com tuberculose. Muitos deles procuravam por algum tratamento novo que aparecesse e eram muitos aqueles noticiados na imprensa⁷.

A alteração deste quadro começou a se efetivar somente a partir de 1944, quando Selman Waskman (1888-1973) descobriu a estreptomomicina, um antibiótico capaz de combater vários tipos de infecções, dentre eles a tuberculose⁸.

Antes disso, foram feitos alguns avanços na terapêutica como a utilização do Raio X em 1895 para o diagnóstico da tuberculose, sendo o seu uso generalizado no Brasil depois de 1924; a vacinação pela BCG (Bacilo de Calmette-Guérin), empregada pela primeira vez na França em 1921 e, no Rio de Janeiro a partir de 1927⁹; o início do desenvolvimento da técnica de abreugrafia¹⁰, cujo nome homenageia o médico paulista, Manuel de Abreu, seu criador, na década de 1930. Isso se não for considerado o que, para muitos, se constituiu como a primeira forma de tratamento, ou seja, a criação de sanatórios.

De todo o modo, a maior parte dos infectados pela tuberculose pulmonar não conseguiu ter acesso aos medicamentos, pela sua escassez e pelo seu elevado custo. BERTOLLI FILHO (2001, p. 229) diz que [...] “A escassez destes fármacos no território brasileiro tornou-os fonte de alta lucratividade no mercado negro, permitindo que os doentes mais abonados fizessem uso excessivo e muitas vezes desprovido de acompanhamento clínico”.

⁵ Jornal *Diário Popular* de 31 de maio de 1902, p. 1.

⁶ Ofício do Delegado de Higiene Dr. José Calero dirigido ao Intendente Municipal, Dr. Cypriano Barcellos, datado de 6 de outubro de 1906. Guia do Fundo Municipal, Pasta 122, Museu, BPP. Neste é abordado a necessidade de que a identificação aconteça em todos os prédios onde existam moléstias contagiosas, “inclusive a tuberculose”.

⁷ Para maiores informações ver o capítulo “Processos de Cura”, de Gill, Lorena Almeida. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS), 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT, 2007.

⁸ A estreptomomicina trouxe consigo, no entanto, a resistência bacilar, que somente foi amenizada com a descoberta do ácido paraminossalicílico (1949) e com a izoniazida (1952).

⁹ OTT, Werner. Bases Essenciais para o Controle da Doença. IN: PICON, Pedro, RIZZON, Carlos e OTT, Werner. *Tuberculose. Epidemiologia, diagnóstico e tratamento em clínica e saúde pública*. Rio de Janeiro: Editora Médica e Científica Ltda, 1993, p. 5. O jornal *Diário de Notícias* de 26 de fevereiro de 1928, p. 1, noticiou que pela primeira vez foi feita em Porto Alegre, a vacinação de Calmette-Guérin, tendo sido praticada pelo Dr. Jandir Faillace, da Higiene do Estado. Antes disso, em outubro de 1927, a direção da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas já havia deliberado por iniciar a imunização através da BCG.

¹⁰ Consistia na fixação em chapa fotográfica de imagem conseguida através da radioscopia.

Considerações Finais:

São recentes as pesquisas que têm envolvido os processos da Justiça do Trabalho no Brasil. Autores como Biavaschi (2007), Teixeira da Silva (2007), Gomes (2006), dentre outros, têm se dedicado à temática e contribuído para a utilização de tão importante fonte para a História.

No que diz respeito ao acervo do NDH, quatro trabalhos de conclusão de curso já foram feitos a partir das reclamações trabalhistas, os quais envolveram profissões específicas como sapateiros, alfaiates, tecelãs e estivadores.

Há muitos campos do conhecimento a serem pesquisados nos processos, dentre eles a História da saúde. Olga, Rosalino, Américo e Pedro, como foi possível constatar pelas reclamações trabalhistas, estiveram envolvidos com a tuberculose, em maior ou menor grau. Não se conhece grande parte de suas histórias de vida, mas se percebe que suas trajetórias acabaram sendo prejudicadas pela moléstia ou levando-os à morte, como no caso de Américo. A tísica, como era também chamada, até meados do século XX, não tinha cura.

Apesar de, em sua maioria, os trabalhadores terem obtido ganho de causa ou realizado uma conciliação, como se constituía a própria essência da Justiça do Trabalho, perderam seus empregos e viveram com dificuldades naquele período em que pretendiam reaver seus direitos trabalhistas, os quais haviam perdidos.

A tuberculose era uma doença tão presente no imaginário, que a expressão “filha da casa” era bastante comum em relatórios governamentais. Essa situação fazia com que seus números não necessitassem ser muito polemizados, afinal de contas, a doença sempre esteve ali.

Ainda que os números dos enfermos tenham começado a baixar, significativamente, a partir de meados da década de 1950 foram sendo retomados, acentuando-se no início da década de 1990 e hoje, segundo dados do Ministério da Saúde¹¹, o Brasil está entre os 22 países que concentram 82% dos casos no mundo.

A moléstia continua matando um contingente significativo de pessoas, embora o tratamento seja ambulatorial e esteja disponível pelo Sistema Único de Saúde. Pensar a história da tuberculose e também o seu momento atual é tarefa prioritária no campo da saúde pública, até porque tanto no passado como no presente, ela continua afetando a vida de milhões de pessoas, sempre as mais vulneráveis.

Referências:

BIAVASCHI, Magda Barros. *O direito do trabalho no Brasil – 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. São Paulo: Ltr/Associação Luso-brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. 248p. Antropologia & Saúde collection. ISBN 85-7541-006-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 23 de julho de 2013.

Fundo Alberto Coelho da Cunha, Pasta 618, Biblioteca Pública Pelotense.

Fundo Alberto Coelho da Cunha. Pasta 659, Biblioteca Pública Pelotense.

GILL, Lorena Almeida. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT, 2007.

¹¹ <http://portalsaude.saude.gov.br> Acesso em 23 de julho de 2013.

GOMES, Angela. Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 37, janeiro-junho de 2006, p. 55-80.

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=131519> Acesso em 23 de julho de 2007.

<http://portalsaude.saude.gov.br> Acesso em 23 de julho de 2013.

Jornal *Diário Popular* do dia 18 de abril de 1899, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

Jornal *Diário Popular* de 31 de maio de 1902, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

Jornal *Diário Popular* de 30 de agosto de 1914, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

Jornal *Diário de Notícias* de 26 de fevereiro de 1928, p. 1. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre).

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Ed. UFPel: Co-edição Livraria Mundial, 1993.

Ofício do Delegado de Higiene Dr. José Calero dirigido ao Intendente Municipal, Dr. Cypriano Barcellos, datado de 6 de outubro de 1906. Guia do Fundo Municipal, Pasta 122, Museu, BPP.

PICON, Pedro, RIZZON, Carlos e OTT, Werner. *Tuberculose. Epidemiologia, diagnóstico e tratamento em clínica e saúde pública*. Rio de Janeiro: Editora Médica e Científica Ltda, 1993.

Processo n. 177/1945. Reclamação Trabalhista de Olga Tochtenhaggen contra Miguel Rothbaum. Acervo do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Processo n. 48/1937. Reclamação trabalhista do Sindicato dos Trabalhadores em Carga e Descarga Terrestre em nome do seu associado Rosalino Jorge contra a firma Lourival Mascarenhas Souza Ltda. Acervo do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Processo n. 56/1941. Reclamação trabalhista de Maurício Rodrigues contra o Entreposto do Leite. Acervo do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Processo n. 288/1944. Reclamação trabalhista de Fermino Orestes da Silva e outros contra Frigorífico Anglo. Acervo do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (biênio 1915-1916). Acervo da Santa Casa.

SENNETT, Richard. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Fernando Teixeira. Nem Crematório nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da justiça do trabalho. In: BIAVASCHI, Magda Barros; MIRANDA, Maria Guilhermina;

LÜBBE, Anita. (Cord.) *Memória e Preservação de Documentos: Direitos do Cidadão*. São Paulo: LTr, 2007.